

COLONIZAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A TRAJETÓRIA NA AMÉRICA LATINA

COLONISATION AND SUBJUGATION OF KNOWLEDGE IN INTERNATIONAL RELATIONS: THE TRAJECTORY OF LATIN AMERICA

"No princípio todo o mundo foi América"
(LOCKE, J., **Segundo Tratado Sobre o
Governo Civil**, 1946, ¶49).

Marina Bernardes¹

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Resumo: A América Latina ocupa uma posição de dependência e subjugação em relação aos países desenvolvidos do Norte global que remonta à sua colonização pelos europeus. Este artigo visa analisar a posição dependente da América em relação às potências do Norte, contrapondo às perspectivas teóricas tradicionais que buscam concretizar essa análise – modelos de etapas de crescimento, teoria da dependência e teoria da modernização – com a linha de pesquisa decolonial do campo das Relações Internacionais. Em seguida, busca-se percorrer a trajetória do debate acadêmico sobre a dependência dos Estados do Sul e a evolução conceitual que os caracterizava. Além disso, é questionada a possibilidade de mudança do *status quo* da região com base na história da sua colonização e nas particularidades da sua trajetória. Por fim, levando em conta a discussão sobre essa dependência ao longo do século XX, o artigo busca analisar a dependência epistemológica acadêmica dos países do Sul em relação às potências e como isso impacta a produção de conhecimento nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: América Latina. Giro decolonial. Teoria da dependência. Colonização. Geopolítica do conhecimento.

Abstract: Latin America occupies a position of dependency and subjugation in relation to the global North's developed countries that goes back to its colonisation by the Europeans. This article aims at analysing Latin America's dependent position regarding the powers of the North, countering the traditional theoretical perspectives that seek to accomplish this analyses – stages of growth models, dependency theory, and modernisation theory – with the decolonial line of research in International Relations. Then, it seeks to debate the trajectory of the academic debate about South states' dependency and the conceptual evolution that characterises them. In addition, it is questioned the possibility of change of the region's *status quo* based on its colonisation history and its trajectory's particularities. Lastly, taking into account the debate about dependency that occurs in the 20th century, this article searches to analyse the epistemological dependency of the South countries in relation to the great powers and how it impacts in International Relations knowledge production.

¹ marinabernardes22@hotmail.com

Key-words: Latin America. De-colonial perspective. Dependency theory. Colonization. Geopolitics of knowledge.

Recebido: 10/02/2019

Aprovado: 03/05/2019

Introdução

A América Latina é uma região caracterizada por uma posição de dependência em relação às potências desenvolvidas desde a chegada das navegações espanholas e portuguesas. A colonização do continente pelas potências europeias foi um processo fundamental para a estruturação do mundo como se conhece hoje. As relações de poder entre os países, o sistema capitalista mundial, as desigualdades raciais e até mesmo a geopolítica do conhecimento têm raízes nesses quatro séculos (XV-XIX) de dominação do continente por países europeus.

Ao longo do século XX, diversas teorias, nos campos da Economia, da Sociologia e das Relações Internacionais, tentaram explicar essa relação e, ao longo desse debate, o conceito de desenvolvimento foi ganhando diferentes significados e foi utilizado para diversos propósitos. Em princípio, este artigo tem o objetivo de apresentar diferentes teorias que permearam a discussão acadêmica nesse século e que tiveram impacto sobre como os Estados se enxergavam e enxergavam os outros no sistema internacional. Muitos pesquisadores acreditavam haver um caminho para que os países atrasados chegassem ao nível dos mais desenvolvidos e, por isso, criaram fórmulas e tipos ideais de estágios de desenvolvimento que impactaram de forma direta os governos latino-americanos. Já outros teóricos criaram sistemas de classificações para dividir os países em grupos e, supostamente, facilitar o desenvolvimento, como no caso dos conceitos de "subdesenvolvimento" e de "Terceiro Mundo".

Em seguida, discutem-se alguns conceitos e ideias das teorias decoloniais em Relações Internacionais em contraposição aos apresentados no tópico anterior. Nessa parte, "colonização", "colonialidade do poder" e "modernidade" são alguns conceitos discutidos que mostram um novo enfoque do campo. Essas teorias buscam analisar as relações de dependência da América Latina com as potências sob uma lógica especificamente latino-americana que tem origem no período de colonização. Essa discussão é relevante para apresentar as diferenças existentes entre os debates sobre

dependência discutidos no tópico anterior e a sua evolução no campo das Relações Internacionais, essa sendo representada neste artigo por Aníbal Quijano (2005) e Ramón Grosfoguel (2008; 2012; 2016).

Por fim, busca-se mostrar como essas relações se caracterizam e se perpetuam na dominação epistemológica. A apropriação dos padrões de produção de conhecimento, das culturas e da subjetividade que se deu no período colonial ainda tem impactos no século XXI, pois as universidades ocidentais e organizações internacionais reafirmam essa dominação. Aqui, tem-se o objetivo de analisar como a subalternação epistemológica se perpetua e também mostrar algumas mudanças recentes que ocorreram no meio acadêmico do campo das Relações Internacionais que começaram a modificar essa lógica.

1. América Latina, desenvolvimento e dependência

Desde a colonização do continente americano, as histórias e as práticas dos povos colonizados foram relativizadas em constante comparação com as dos colonizadores. A partir do início do processo de colonização, uma nova trajetória histórica foi formulada, na qual o ápice do desenvolvimento humano era a Europa e as raças consideradas inferiores aos brancos permaneceram em um ponto anterior. Se a civilização europeia era a culminação da modernidade, o estado de natureza era o ponto inicial ocupado pelos colonizados (QUIJANO, 2005).

Aqui, é importante destacar que essas características correspondem à colonização dos países latinos do continente americano, pois a colonização dos Estados Unidos e do Canadá teve diferenças pontuais que impedem que eles pertençam às classificações apresentadas nesse artigo. Ainda dentro da América Latina, as colonizações realizadas pela Espanha e por Portugal também diferem bastante entre si, mas para atingir o objetivo desse artigo elas serão consideradas um processo relativamente homogêneo.

À medida que os países latino-americanos declararam independência das potências ibéricas, esperava-se que um novo tempo tivesse sido iniciado, no qual esses países de fato conseguissem se libertar do domínio europeu. No entanto, ficou evidente, nos séculos seguintes, que isso não se realizou, já que o crescimento econômico destes Estados continuou a ser dependente das potências e eles ficaram a mercê de constantes intervenções políticas e militares (QUIJANO, 2005). Por essa razão, ao longo do século XX, diversos teóricos começaram a debater sobre essa

posição de dependência e a procurar formas de solucionar o problema do atraso político e econômico no continente. O conceito de desenvolvimento foi evoluindo com a progressão do debate e de acordo com as necessidades e pontos de vista dos países que participaram da discussão. É certo que a palavra "desenvolvimento" passou a ter vários significados e que cada um deles remete a diferentes interpretações. Aqui, serão analisados alguns dos conceitos de desenvolvimento para que seja possível observar a evolução da ideia nas áreas de Economia e Sociologia, e também no campo das Relações Internacionais.

Inicialmente, o conceito de desenvolvimento vem da ideia de progresso oriunda da Revolução Industrial no século XIX, do evolucionismo e do organicismo. Essa ideia pressupõe uma trajetória que a humanidade percorreria, começando em uma situação de privações sociais e culturais e de insegurança e seguindo para níveis mais superiores de um futuro civilizado (NISBET, 1985). O desenvolvimento, concebido a partir dessa ideia, seria uma mudança "inevitável, necessária e irreversível da humanidade porque subtrairia os homens do reino da escassez inicial para os altos níveis de abundância futura" (SANTOS, 2005, p. 15). Portanto, se o progresso é uma marcha evolutiva, então o desenvolvimento seria o processo necessário pelo qual ela se concretizaria.

Já no século XX, mais especificamente em janeiro de 1949, o presidente estadunidense Harry Truman fez o famoso discurso em sua cerimônia de posse que mudou de forma significativa a ideia de desenvolvimento e como os países lidavam com ela no sistema internacional. Ele evidenciou uma nova relação entre os Estados que chamou de "subdesenvolvidos" (Sul), ou seja, aqueles recém-independentes e os que já eram independentes mas que ocupavam uma posição de inferioridade, e os Estados "desenvolvidos" (Norte). Além disso, ele destacou que as relações entre os dois grupos de países deveriam acontecer de forma que os primeiros recebessem auxílio dos segundos para que saíssem da pobreza e, com isso, os alcançassem sua posição de modernidade (SANTOS, 2005).

A partir desse momento, a classificação de Truman foi difundida entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e também passou a ser associada a um problema de segurança. Nesse sentido, o subdesenvolvimento seria uma ameaça para a segurança doméstica dos países nessa posição e também para os desenvolvidos. A localização dos subdesenvolvidos nessa hierarquia internacional estaria relacionada, segundo o presidente, não ao ordenamento injusto do sistema internacional, mas sim

ao atraso próprio dessas sociedades. Portanto, para que os Estados modificassem suas posições e alcançassem os desenvolvidos eles deveriam solucionar internamente seus problemas, principalmente pobreza e miséria. Assim, o conceito de desenvolvimento como progresso e evolução é aqui retomado e ressignificado para o lançamento de programas de "ajuda para o desenvolvimento", que envolviam transferência de conhecimento técnico no lugar da redistribuição de renda (SANTOS, 2005).

Outra evolução dessa ideia no século XX foi para o subdesenvolvimento como etapa, em que economias atrasadas possuiriam certas características, como excedente de mão de obra, mercado insuficiente e produtividade baixa, que as impediriam de alcançar etapas de desenvolvimento superiores (SUNKEL & PAZ, 1970).

Rostow (1978), um economista que contribuiu para essa corrente de pensamento, identificou cinco etapas, estritamente econômicas, pelas quais um país poderia passar para se tornar desenvolvido: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Ao longo dessas etapas, o país sairia de um estado primitivo e pré-newtoniano, passaria por intervenções de sociedades mais avançadas, em seguida formaria um Estado nacional centralizado, passaria por um progresso econômico e pela consolidação da atividade industrial e, por fim, implementaria a tecnologia moderna para ampliar a produção de bens de consumo duráveis e a difusão de serviços em massa (ROSTOW, 1978). Esse seria o receituário padrão para os Estados atrasados se desenvolverem; um *continuum* que os levariam para a posição de países desenvolvidos, se seguido corretamente.

Outro conceito importante para o debate sobre desenvolvimento foi o de Terceiro Mundo, criado em 1952 pelo economista e historiador francês Alfred Sauvy. Ele quis relacionar a condição dos países subdesenvolvidos ao terceiro estamento da sociedade na França no período da Revolução Francesa. Desse modo, o termo Terceiro Mundo faz alusão a uma classe que é negligenciada e explorada, mas que tem um potencial revolucionário. Esse conceito foi popularizado em 1955 pelo Movimento dos Não-Alinhados, na Conferência de Bandung, em que os países recém-descolonizados se organizaram de forma conjunta para obter poder de barganha frente às potências capitalistas da Europa e os Estados Unidos. Posteriormente, na Conferência de Belgrado, em 1961, os países latino-americanos foram convidados a se juntar a esse grupo e o termo tomou um significado muito mais amplo política e economicamente (OSONDU, 2011).

O sistema internacional, então polarizado pelo arranjo da Guerra Fria, foi dividido em três grupos de países: o Primeiro Mundo, agrupando os Estados capitalistas desenvolvidos; o Segundo Mundo, constituído pelos comunistas e socialistas; e o Terceiro Mundo, composto pelos países em desenvolvimento ou os subdesenvolvidos. O Segundo Mundo representava um mistério para os outros dois grupos, pois não possuía algumas características associadas ao Primeiro Mundo, como a democracia liberal, mas continha diversos atributos de sociedades consideradas modernas, como universalização da educação, tecnologia armamentista e desenvolvimento industrial. No entanto, os seus atributos modernos e desenvolvidos não se espalharam gradativamente para os setores não-desenvolvidos da sociedade, o que comprovou que características modernas e tradicionais podem conviver dentro de uma mesma sociedade sem que esta chegue a atingir uma fase completamente desenvolvida (SANTOS, 2005). Santos (2005, p. 53) aponta o que segue:

Se procede esse raciocínio, o que seriam as sociedades subdesenvolvidas? Qual seria o sentido de conduzi-las, via 'ajuda para o desenvolvimento' por meio de fornecimento de conhecimento técnico e de capital ou, por exemplo, pela destruição de pontos de estrangulamento que impediam o desenvolvimento, para uma sociedade e economia moderna? Nenhum sentido, visto que tradição e modernidade não eram excludentes como se imaginava.

Com o passar das décadas, ficou demonstrado que as fórmulas genéricas criadas até então pelos teóricos não conseguiam enquadrar todos os países nem solucionar seus problemas de subdesenvolvimento. Assim, no contexto latino-americano, foi criada a corrente estruturalista de pensamento, que interpretava o desenvolvimento como um processo de mudança estrutural global. Essa corrente foi composta principalmente por pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), na década de 1960, e desenvolveu a Teoria da Dependência, associando o desenvolvimento a reformas estruturais e à ampliação do financiamento externo e do comércio internacional, tudo isso por meio de um Estado planejador e promotor (SUNKEL & PAZ, 1970).

Dois pesquisadores importantes dessa teoria foram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que buscaram enfatizar, em seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (2004), o aspecto sociológico do desenvolvimento, para além do crescimento econômico. De acordo com eles, o

desenvolvimento é, em si mesmo, um processo social e até mesmo as características interpretadas como estritamente econômicas são fruto de uma interligação de relações sociais subjacentes. Além disso, eles fazem uma crítica expressa aos conceitos de "tradicional" e "moderno", e ao fato de que a América Latina supostamente seria composta de sociedades tradicionais que alcançariam o nível dos países modernos futuramente. Foi discutido que esses dois conceitos não são amplos o suficiente para abranger todos os países subdesenvolvidos que compõem a região e também não respondem pelo status dos países que se encontram em um meio termo, as sociedades "em desenvolvimento", em que alguns setores se modernizam e outros encontram estancamentos (CARDOSO & FALETTO, 2004).

A partir dessa crítica, os países latino-americanos conseguiram repensar seus objetivos de desenvolvimento e, até certo ponto, conseguiram melhorias nacionais. Muitos avançaram no que diz respeito à industrialização, à modernização da administração pública e aos investimentos em infraestrutura, além de que uma grande quantidade de recursos passou a ser direcionada aos setores sociais como serviços educacionais e de saúde (SUNKEL & PAZ, 1970). No contexto de debate acadêmico, o conceito de desenvolvimento e as suas variantes passaram por diversas mudanças no século XX, e a América Latina tanto contribuiu para o debate como foi afetada por ele. No entanto, a sua colaboração se limitou a criticar as ideias até então propostas sem fazer mudanças mais concretas na sua relação dependente com os países do Norte.

2. Colonização e identidade latino-americana

A ineficácia das correntes sobre o desenvolvimento apresentadas abriu caminhos para teorias especificamente do campo de Relações Internacionais, que criaram um novo debate. As teorias decoloniais surgiram no final da década de 1990 em contraposição às supracitadas e também às pós-coloniais que já ganhavam popularidade na área. Estas tentaram explicar a posição de subalternação dos países periféricos e aplicar a diferentes regiões do mundo. A corrente decolonial de intelectuais latino-americanos procurou criar teorias específicas para a realidade da América, em lugar de adaptar aquelas já existentes a ela, no que ficou conhecido como "giro decolonial" (BALLESTRIN, 2013).

Essa perspectiva teórica está ligada a um conceito basilar: a colonialidade do poder. Esse conceito foi cunhado inicialmente por Aníbal Quijano, em 1989, e foi

amplamente difundido entre os pensadores da corrente. O termo diz respeito aos âmbitos político e econômico dos países latino-americanos, que não se livraram das relações de colonialidade mesmo no século XXI (BALLESTRIN, 2013).

A expressão 'colonialidade do poder' designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da 'colonialidade global' imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSGOUEL, 2008, p. 126).

Quijano continua sendo um dos principais pesquisadores desses estudos e mostra como o processo de colonização da América proporcionou a criação da primeira identidade da Era Moderna, a do povo americano. Só a partir da identificação dessa identidade como aquela que é oposta foi que os colonizadores construíram a sua própria identidade. Surge aqui o europeu moderno e civilizado para se opor ao americano primitivo e selvagem. Este autor se posiciona de forma crítica à dependência da América Latina e se aprofunda no estudo das raízes da subalternação desta na colonização e em como esse processo aconteceu (QUIJANO, 2005).

Inicialmente, é necessário apresentar as reflexões do autor sobre o início da colonização do continente e os mecanismos usados pelos europeus para que seja possível a compreensão das identidades criadas a partir daí e as posições sociais que os povos latino-americanos passaram a ocupar. De acordo com ele, o sucesso da colonização da América significou que, pela primeira vez, foi consolidado um padrão de poder que superou fronteiras nacionais e regionais e teve um alcance mundial. O que começou como a conquista e o controle de outro continente serviu de base para o nascente sistema capitalista que abrangeria todos os continentes do mundo. Portanto, a colonização desse continente e a forma de subjugação desses povos foram as bases para toda a estrutura internacional de poder que permanece presente no século XXI (QUIJANO, 2005).

Quijano reconhece dois eixos fundamentais nos quais o novo padrão de poder criado se estabeleceu. Em primeiro lugar, "a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta

estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros" (QUIJANO, 2005, p. 117). Essas novas relações baseadas em raça criaram três identidades sociais específicas do povo que já estava na América Latina com a chegada dos brancos e dos que foram levados para lá posteriormente: índios, mestiços e negros. Até então, palavras como "europeu", "português" ou "espanhol" eram usadas apenas com sentido de localização geográfica e não, como passaram a significar, modernidade, civilização ou superioridade.

Em segundo lugar, "a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial" (QUIJANO, 2005, p. 117). A partir daí, a dominação dos colonizadores sobre os colonizados passou a girar em torno de exploração de recursos e acúmulo de riqueza, agrupando e classificando as três identidades recém-formadas na categoria mão de obra (QUIJANO, 2005).

A subjugação dos conquistados, por meio da criação do conceito de raça e a sua conexão direta com a função única de força de trabalho, provou-se o instrumento de dominação de povos mais bem-sucedido que já existiu. Além disso, a mão de obra era tão abundante nas colônias que, ao ser identificada como uma parte da população cujo único propósito era trabalhar, foi utilizada como recurso descartável que poderia ser repostado incessantemente. Nesse cenário, os europeus contaram, não somente com a força física como mecanismo de dominação, mas também com o próprio sentimento de inferioridade do dominado em relação aos dominadores. Aqui, é necessária uma maior atenção à extensão do domínio na esfera social, pois esses povos foram colocados em uma condição de inferioridade tão profunda que até mesmo as suas características faciais, suas tradições e suas descobertas mentais passaram a ser reconhecidas como piores (QUIJANO, 2005).

Para além da distinção entre colonizadores e colonizados, a dicotomia entre raças na divisão do trabalho também era amplamente utilizada. Na maior parte das colônias, os índios eventualmente se tornaram servos, principalmente porque foram quase completamente dizimados no período inicial da colonização e a Coroa Espanhola criou políticas para certa proteção da raça indígena. Os negros africanos, por outro lado, eram utilizados exclusivamente como escravos, já que eram fornecidos incessantemente pelo continente africano. Aqui, a palavra "fornecidos" é bem ilustrativa do caráter comercial e da posição de mercadoria que tinha a raça negra. Assim, os brancos eram os únicos que recebiam salários e tinham permissão para

produzir mercadorias. Os índios, de início, eram escravizados, mas a partir de políticas de reorganização dos colonizadores ibéricos passaram para um estado de servidão não remunerada; e negros e mestiços permaneceram na condição de escravizados. Alguns mestiços conseguiam receber salários, mas apenas se tivessem talentos artísticos reconhecidos pelos brancos (QUIJANO, 2005).

Em uma perspectiva internacional, a Europa se tornou mais poderosa ao controlar os recursos minerais da América (principalmente ouro e prata) que eram extraídos com o trabalho forçado dos colonizados. Além disso, as potências europeias estavam em uma posição privilegiada geograficamente, localizadas no Atlântico Norte e, ao mesmo tempo, controlando as colônias no Atlântico Sul, donde os minerais eram extraídos. Essa localização vantajosa foi decisiva para que as potências colonizadoras dominassem o comércio mundial e aumentassem sua presença em diversas regiões. Ademais, esses metais preciosos estimularam a crescente monetarização do mercado mundial na época, enquanto eram completamente controlados pelos europeus. Dessa forma, os brancos construíram as bases de exploração para o sistema capitalista e também controlaram esse processo para o seu próprio benefício às custas das demais raças (QUIJANO, 2005).

Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de *re-identificação histórica*, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. Desse modo, depois da América e da Europa, foram estabelecidas África, Ásia e eventualmente Oceania. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações. Mas as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano (QUIJANO, 2005, p. 6).

Como mostra o autor, o controle europeu das relações entre trabalho e capital e do mercado mundial determinou a geografia social do capitalismo, em que o capital era o eixo ao redor do qual todas as relações internacionais se estabeleciam. Essa relação social teve seu centro articulado na Europa a partir da re-identificação histórica da América e, posteriormente, dos demais continentes, que também passaram pelo processo de colonização física e intelectual (QUIJANO, 2005).

É importante também complementar as ideias de Quijano com a metáfora de Boaventura da Sousa Santos (2009) sobre a linha abissal que separa a sociedade civil do estado de natureza, em que o olhar hegemônico se encontra no primeiro e que escolhe não ver o segundo, tornando-o não-existente. Portanto, o presente que é criado e se desenvolve "do outro lado da linha" se torna invisível pois é ressignificado como sendo o passado "deste lado da linha" desde os tempos coloniais. Esse autor também argumenta que a "humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna, já que a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte [...] se afirmar enquanto universal" (SOUSA, 2009, p. 30). É claro, para ele, que essa realidade não se modificou nos séculos passados desde a colonização, pois os conhecimentos modernos ocidentais ainda funcionam de acordo com as linhas abissais que dividem o mundo em dois, os modernos e os atrasados.

Levando em consideração a metáfora de Santos (2009), cabe destacar aqui outra crítica importante das teorias decoloniais sobre o conceito de modernidade articulado nas décadas anteriores. A perspectiva europeia de que a trajetória civilizatória começaria com um estado de natureza e evoluiria até um ponto máximo que os europeus ocidentais ocupavam fez com que eles se enxergassem como os modernos do mundo e da história. Ao mesmo tempo, eles atribuíram a todas as outras civilizações a categoria natural de inferior e também de anterior, ou seja, o tempo passado no processo evolucionário da espécie. Para a corrente decolonial, a discussão sobre modernidade não se trata necessariamente de ocidentalizar as sociedades não-europeias, mas sim de aceitar que a modernidade está presente em todas as culturas de formas diferentes. É a partir dessas críticas que as teorias decoloniais remontam à relação da América Latina e, conseqüentemente, dos demais continentes, com a Europa ao período da colonização; e essa subalternação persiste porque as conseqüências históricas da colonialidade do poder não são estudadas como causas principais da dependência (QUIJANO, 2005).

3. A subalternação epistemológica

Somado à colonização e à expansão do capitalismo, um aspecto pontual da dominação das potências europeias sobre os países em desenvolvimento que perpetua o seu *status quo* é a dominação intelectual. Desde o período colonial, os conhecimentos e as experiências dos subalternos são desconsiderados pelos europeus como sendo

subjetivos e míticos. Santos (2009) amplia a sua metáfora da linha abissal mencionada no tópico anterior para explicar essa relação: de um lado da linha está o conhecimento real e científico, produzido na Europa; e do outro lado não há conhecimento, apenas crenças, idolatria e opiniões. Estes últimos podem até ser considerados objetos de estudo para os europeus, mas nunca saberes por si só. Dessa forma, a linha separa a ciência, e também os saberes alternativos da filosofia e da teologia, das crenças incompreensíveis que não seguem critérios científicos. A completa rejeição das crenças e práticas dos povos colonizados significou também a negação da condição humana daqueles que as praticavam; os americanos passaram a ser os sub-humanos (SANTOS, 2009).

Fundamentadas no novo padrão de poder mundial que criou, as potências europeias o estenderam também para o controle da subjetividade dos povos colonizados, além da produção de conhecimento e da cultura. Quijano (2005) mostra que, em primeiro lugar, elas se apropriaram dos descobrimentos culturais daqueles povos que consideravam mais capazes de participar da lógica capitalista em função do lucro europeu. Posteriormente, elas restringiram ao máximo que puderam os conhecimentos e a subjetividade dos demais. Por fim, as potências forçaram todas as sociedades colonizadas a aprender tudo aquilo da cultura europeia que ajudasse a reproduzir a dominação, principalmente práticas religiosas (QUIJANO, 2005).

Grosfoguel é outro teórico das Relações Internacionais que critica a dominação europeia sobre a produção de conhecimento, que se traduz mais contemporaneamente na dominação anglo-americana. De acordo com ele, é possível perceber que a ordem desigual persiste, pois continua sendo estruturada por instituições que privilegiam países desenvolvidos, desde universidades até organizações internacionais. As regras e as condições que regulam e organizam o sistema internacional são ditadas pela Organização das Nações Unidas, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial; e as universidades produtoras de conhecimento mais cobiçadas pelos acadêmicos são as europeias e as estadunidenses (GROSFOGUEL, 2016).

Nas universidades, é comum encontrar centros de pesquisa especializados em estudos sobre o continente africano ou a América Latina, por exemplo, em que são articuladas as principais bases teóricas e analíticas internacionais sobre essas regiões. Nesse contexto, países desenvolvidos discorrem sobre as experiências dos países em desenvolvimento a partir de suas próprias perspectivas e, muitas vezes, sob

juízos baseados em suas próprias culturas. As epistemologias das universidades ocidentalizadas reproduzem pensamentos eurocêntricos que são caracterizados pelo privilégio do modo de pensar do homem ocidental e do estudo do "outro" como um objeto em vez de um sujeito produtor de conhecimento (GROSFOGUEL, 2012).

Grosfoguel (2012) identifica como o principal problema do modelo de universidades ocidentalizadas o fato de ele ser globalmente institucionalizado ao redor do mundo, ou seja, é aceito com normalidade em todos os continentes. Cientistas sociais, pensadores críticos e historiadores não-ocidentais, de diferentes cosmologias e epistemologias, são considerados inferiores aos que compõem a epistemologia masculina ocidental e, portanto, excluídos das universidades por produzirem conhecimentos "inválidos". Assim, para ele, as universidades ocidentalizadas são máquinas de produção global em massa de fundamentalismo eurocêntrico. Portanto, quaisquer pensamentos críticos ou desenvolvimentos sociais científicos de outras perspectivas são considerados inferiores e não sérios, recebidos com suspeita nas universidades (GROSFOGUEL, 2012).

Tudo isso é realizado por meio de um discurso de "universalidade", em que homens brancos teóricos das potências ocidentais demonstram como são aptos a produzir teorias suficientes para explicar fenômenos e realidades por todo o mundo. Por isso, o papel de quem trabalha nas universidades ocidentalizadas é o de aprender essas teorias já consolidadas e legitimadas ao longo de décadas, senão séculos, e aplicá-las aos demais contextos históricos e geográficos, mesmo que estes sejam completamente distintos daqueles europeus (GROSFOGUEL, 2016).

Essa perspectiva de conhecimento eurocentrada foi elaborada, essencialmente, na Europa Ocidental e se expandiu de forma sistemática no século XVII. Quijano (2005) identifica dois mitos fundacionais dessa perspectiva: em primeiro lugar a "ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa"; e em segundo lugar, o objetivo de "outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história de poder" (QUIJANO, 2005, p. 7). É possível discernir, portanto, que o eurocentrismo é baseado no evolucionismo e no dualismo, e é intrinsecamente ligado às necessidades do modelo capitalista estabelecido a partir da América.

Grosfoguel (2012) propõe, ainda, que esse eurocentrismo seja uma "perspectiva epistêmica que privilegia os conhecimentos, as memórias e as histórias dos colonizadores masculinos ocidentalizados [...] [e que] essa epistemologia é

institucionalizada globalmente ao redor do mundo por universidades ocidentalizadas" (GROSFOGUEL, 2012, p. 4). De acordo com ele, nem mesmo as mulheres ocidentais são incluídas nos estudos, enquanto os homens e mulheres não-ocidentais são ativamente excluídos deles. Portanto, é de extrema importância concluir, disso, que as mulheres brancas ocidentais também são subalternas aos homens brancos ocidentais e que homens de outras raças são considerados inferiores aos dois. No entanto, a mulher não-ocidental e não-branca é duplamente subalterna, pois se encontra em posição de inferioridade aos brancos e também aos homens da sua própria raça (GROSFOGUEL, 2016).

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2016, p. 1).

Assim sendo, essa hierarquia epistêmica reproduz a estrutura hierárquica racial/étnica/sexual que privilegia os homens ocidentais brancos e menospreza conhecimentos centrados na mulher ou de origem oriental, por exemplo, e também é reproduzida por instituições que se baseiam nela. Ademais, ela é um aspecto constitutivo do sistema capitalista de acumulação em larga escala e é manifestada na produção intelectual e perpetuada com o seu auxílio. Assim, a epistemologia ocidental impacta diretamente nas relações internacionais, já que é ela que decide quem é terrorista ou quem é um bom candidato em eleições, por exemplo (GROSFOGUEL, 2016; 2012).

Grosfoguel (2016) apresenta em seus trabalhos uma trajetória da geopolítica do conhecimento acadêmico que teve início no que ele identifica como o mito da "egopolítica do conhecimento", em que os homens brancos ocidentais tomavam para si uma falsa objetividade e uma neutralidade natural em seus estudos (GROSFOGUEL, 2016). Essa é a crença de que o conhecimento seria um produto de um monólogo interior que não tivesse ligações sociais com outros indivíduos ou com

realidades sócio-históricas para além dele, e que ainda é a base de diversas universidades ocidentalizadas (GROSFOGUEL, 2012). No entanto, o autor identifica uma nova realidade que vem crescendo nessas universidades, principalmente nos Estados Unidos, em que minorias raciais que sofriam discriminação e eram excluídas pelos brancos passaram a ser incorporadas entre os professores. Isso abriu um "potencial para decolonização" apesar da egopolítica do conhecimento, pois as minorias passaram a produzir estudos em que elas mesmas eram os sujeitos (GROSFOGUEL, 2016).

Sobre a mudança nas universidades, Dussel (2008b), apud Grosfoguel, (2016), discorre sobre a ideia de transmodernidade como meio de completar o projeto de decolonização, sendo que "trans" significa "além" e a modernidade seria esse "momento histórico" ocupado pelos pesquisadores do Norte discutido anteriormente. "A transmodernidade é uma tarefa [...] expressa filosoficamente, cujo ponto de partida é aquilo que foi descartado, desvalorizado e julgado como inútil entre as culturas globais, incluindo a filosofia colonizada ou das periferias" (DUSSEL, 2008b, p. 20, apud GROSFOGUEL, 2016, p. 45). É reconhecido por Grosfoguel (2016) que a diversidade epistêmica não foi exterminada no processo de colonização físico e intelectual, mas se mantém à margem do *mainstream* acadêmico. É nessa diversidade que está o potencial para a decolonização das correntes de pensamento eurocêntricas (GROSFOGUEL, 2016).

É a partir dessas tradições diversas que podemos construir processos que vão trazer ideias diferentes e instituições apropriadas pela Modernidade eurocêntrica para decolonizá-las, em diferentes direções. Na Modernidade eurocêntrica, o Ocidente sequestrou e monopolizou as definições de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, economia etc. A transmodernidade implica uma redefinição desses elementos, em diferentes direções, de acordo com a diversidade epistêmica do mundo, em direção a uma multiplicidade de sentidos até um mundo pluriversal (GROSFOGUEL, 2016, p. 44).

O conceito de transmodernização tem grande importância na busca pela decolonização das universidades e, por consequência, do conhecimento científico. É necessário reconhecer as estruturas de dominação já existentes no conhecimento, romper com o universalismo em que poucos (ocidentais desenvolvidos) guiam os outros (subdesenvolvidos) e criar o pluralismo epistêmico no meio acadêmico. Dessa

forma, as universidades "se transformarão de uni-versidades ocidentais em pluri-versidades decoloniais" (GROSFOGUEL, 2016, p. 46). A transmodernidade é, então, para Grosfoguel (2016), um projeto de produção e apoio a diferentes epistemologias políticas existentes no mundo, além de uma redefinição de ideias e conceitos que foram apropriados pela Modernidade ao longo do tempo, para que eles reflitam suas realidades originais (GROSFOGUEL, 2016).

Conclusão

A discussão sobre desenvolvimento e dependência entre Estados se iniciou na esfera acadêmica a partir da segunda metade do século XX, nos campos da Economia, da Sociologia e das Relações Internacionais. Esse debate criou conceitos que evoluíram de acordo com as demandas políticas e econômicas de cada período.

Especificamente no campo das Relações Internacionais, o chamado giro decolonial foi um movimento de clivagem teórica nessa área, pois, ao mesmo tempo que dialoga bastante com as demais teorias pós-coloniais, passou a questionar até mesmo a forma como o conhecimento é produzido. Suas críticas abriram portas para analisar as realidades latino-americanas a partir de pontos de vista desses próprios povos e também para estruturar (resgatar) um modo de pensar dessas sociedades. Isso representou um evidente avanço para o campo, levando em conta a evolução das teorias ao longo do século XX e como elas passaram a investigar os desafios da região partindo da premissa de que não existe um caminho perfeito (o ocidental) a ser seguido.

Do ponto de vista epistemológico, as teorias decoloniais representam uma conquista dos povos marginalizados da América Latina, que tomaram para si as rédeas da produção de conhecimento, seja dentro das universidades nos Estados Unidos e na Europa, seja em seus próprios países de origem. Mesmo que, no século XXI, elas ainda sejam teorias periféricas no campo de Relações Internacionais, elas representam um desafio às teorias *mainstream* que dominam as pesquisas acadêmicas e propõem um modo intrinsecamente latino-americano de pensar o funcionamento do sistema internacional.

Ainda há, no entanto, um longo caminho a ser percorrido, tanto na agenda internacional como dentro das universidades e nas organizações internacionais. Enquanto as organizações ocidentais forem as mais influentes no sistema e, para além disso, enquanto os países ocidentais possuírem maior poder de decisão dentro delas, o

"potencial para descolonização" de Grosfoguel não será atingido. Ademais, há, em relação à América Latina, mais do que uma dicotomia colonizador/colonizado, já que o lugar da mulher nesse fenômeno muitas vezes se perde dentro da "colonialidade do poder". É importante estudar as consequências e a estrutura socioeconômica da colonização com um enfoque nas relações (subalternação) de gênero, o que é realizado de forma notável por algumas mulheres no século XXI, mas que precisa ser mais incentivado pelas universidades para que os grupos subalternos estejam de fato em posição de igualdade.

Referências

BALLESTRIN, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política** (11): 89-117.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (2004) **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GROSFUGUEL, R. (2008). La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y um caso. **Tabula Rasa**, (8): 243-82.

_____ (2012). The Dilemmas of Ethnic Studies in the United States: Between Liberal Multiculturalism, Identity Politics, Disciplinary Colonization, and Decolonial Epistemologies. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, 10 (1): 81-9.

_____ (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, 31 (1): 25-49.

NISBET, R.A. (1985) **História da ideia de progresso**. Brasília: Editora da UnB.

OSONDU, I. N. (2011) The Third World: What is in a Name? **Unizik Journal of Arts and Humanities (UJAH)**, 12 (2): 1-25.

QUIJANO, A. (2005) **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO.

ROSTOW, W. W. (1978) **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, O. F. (2005) O fogo de Prometeu nas Mãos de Midas: Desenvolvimento e Mudança Social. In LAS CASAS, Taiane (ed.). **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 13-75.

SOUSA, B. S. (2009) **Epistemologias do Sul**. Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Lisboa: Edições Almedina.

SUNKEL, O.; PAZ, P. (1970) O Subdesenvolvimento Latino-Americano e a Teoria do Desenvolvimento. **Volume I: Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Século XXI.